

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO NO PARANÁ.

YOSHIYA NAKAGAWARA FERREIRA *

Nas três últimas décadas, o Paraná passou por profundas modificações globais, do ponto de vista da ocupação, organização e evolução das atividades econômicas, que influíram nas formas da sua configuração espacial, tanto rural como urbano-industrial, refletindo as formas da expansão capitalista brasileira e da sua inserção no desenvolvimento capitalista mundial.

A natureza da formação paranaense, calcada em diferenciações regionais, tanto físico-naturais como demográficas, tem marcas particulares e distintas que evoluíram nas três últimas décadas, apresentando especificidades espaciais bem conformadas dentro do Estado como um todo.

Uma das unidades regionais características era o Norte do Paraná, correspondendo a uma área sócio-econômica muito mais integrada a São Paulo do que ao próprio Estado do Paraná. Outra grande unidade dentro do Estado era a aglomeração em torno da região de Curitiba. O processo de crescimento da integração do Estado, sobretudo no aspecto econômico, verificou-se somente a partir da década de 70, quando os meios de comunicação se tornaram mais efetivos, ao lado da expansão de sua infra-estrutura econômica e social.

O conhecimento do processo sócio-econômico das várias regiões paranaenses permite algumas considerações gerais e uma análise crítica global desse processo, recolocando algumas questões que vêm sendo conhecidas e divulgadas através de estudos e pesquisas realizados pelas Universidades, pelo IPARDES, pela Secretaria do Planejamento, enfim, pela própria democratização institucional que começa a ser evidente sobretudo nessa década.

* Prof.^a do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina.

Na tentativa de fazer um balanço crítico desse processo, o presente ensaio tomará por base três aspectos que parecem distintos, porém, se relacionam de uma forma ou de outra, assinalando fortemente o quadro atual apresentado no Paraná: 1 - Aspectos Demográficos; 2 - Aspectos Agrários; 3 - Aspectos Urbano-Industriais.

Até a década de 60, o Paraná foi um Estado de afluxo populacional, principalmente pela entrada dos migrantes nacionais, procedentes da pressão demográfica existente na área rural de São Paulo, Minas Gerais e dos Estados nordestinos. Essa população se concentrou principalmente na área rural do Norte do Estado. Com o afluxo maciço da população a partir da década de 30, em 1940, o Paraná já possuía 1.237.000 habitantes, dobrando nas duas décadas seguintes (2.116.000 em 1950 e 4.278.000 em 1960). Esse ritmo perdeu impulso na década de 60, pelo esgotamento das fronteiras agrícolas e por consequência da "desestruturação rural", que começa a se acelerar no Paraná, principalmente na região Norte.

Na década de 60, ocorreram grandes transformações regionais no Paraná, que geraram uma intensa evasão rural. A depredação contínua e indiscriminada dos recursos naturais desde o início de sua ocupação, o esgotamento das terras virgens e/ou cultiváveis, limitadas pelas condições climáticas e territoriais do Estado, as intensas geadas de 1953 e 1955 e a gradativa mudança de uso do solo, somaram-se a fatores de modificações nas relações de produção e de trabalho, tais como:

- A erradicação de cafeeiros, financiada pelo Governo, de 1962 a 1967;

- A implantação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, transformando toda a estrutura das relações de trabalho no campo e liberando centenas de milhares de trabalhadores rurais;

- A intensa mecanização e uso de insumos modernos, propiciados pelas facilidades creditícias (em 1960, havia 5.181 tratores no Paraná, segundo o IBGE, mas em 1970 já se registravam 17.190 tratores);

- O aumento da produção de soja, por exemplo (de cerca de 20.000 toneladas em 1963, atingiu 4.500.000 toneladas em

1976):

- O aumento da área de pastagens (de 1.060.497 hectares em 1961, para 2.369.590 hectares em 1971);

- O aumento dos trabalhadores temporários, antes colonos das fazendas de café ou até pequenos proprietários, ao lado de meeiros, arrendatários, etc.

Essas transformações refletiram na organização do espaço, ocasionando problemas que se estenderam pela década de 70 com repercussões na década de 80, praticamente sem nenhuma intervenção do Estado para melhorar a qualidade de vida do homem paranaense. Nesse sentido, o homem rural foi o mais prejudicado.

Na década de 70, observa-se uma inversão do processo migratório. Dos 290 municípios recenseados em 1980, cerca de 60 por cento, isto é, 170 municípios apresentaram menos população residente, se comparada com os resultados de 1970. E, desses municípios com redução populacional, apenas 13 estão localizados no extremo Sul do Paraná. Os demais estão no Norte do Estado.

O Paraná apresentou a maior taxa negativa de crescimento da população rural na década de 70. O decréscimo atingiu o total de 1.168.000 pessoas, sendo que, na zona rural, o saldo negativo foi de 2.647.000, e na urbana ocorreu um saldo positivo de 1.355.000.

Esses dados indicam um processo migratório intenso da zona rural para a urbana. Em 1980, a taxa média geométrica de incremento anual da população residente foi de 0,94 por cento, a menor taxa brasileira, só perdendo para o Território de Fernando de Noronha, que acusou 0,22 por cento.

A acelerada evasão demográfica, principalmente da área rural para os centros urbanos, não encontra o necessário apoio para sobrevivência, através do emprego formal. A baixa qualificação da mão-de-obra rural e a falta de infra-estrutura urbana são alguns dos problemas sociais que as cidades começaram a enfrentar com o processo migratório intenso, tendo engrossado seus problemas ainda mais com a geada negra de 1975.

Nas áreas urbanas cresce o trabalho no setor informal, sobretudo no setor de prestação de serviços.

Para 1990, as estimativas da população paranaense indicam 9.000.000 de habitantes, isto é, uma taxa de crescimento de 1,7 por cento ao ano, superior à taxa apresentada nas décadas de 70 e 80. Em algumas áreas urbanas prosseguirá a concentração, principalmente nas microrregiões de Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Extremo Oeste Paranaense.

Cerca de 67 por cento da população deverá se concentrar nas cidades em 1990.

Segundo o IPARDES, as taxas de urbanização das microrregiões de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa estarão acima de 80 por cento. Essas projeções indicam que a região metropolitana de Curitiba deverá abrigar, em 1990, quase um quarto da população do Estado quanto ao contingente da população rural, cerca de 52 por cento deverá estar concentrado no Extremo Oeste, Sudoeste, Umuarama, Campo Mourão, Apucarana e Londrina.

A evasão demográfica da área rural tem na economia a explicação do seu processo, atrelado à política econômica e ao desenvolvimento capitalista brasileiro.

Se até os anos 60 a agricultura garantia a exportação principalmente de café, evitando também problemas de abastecimento nos centros urbanos, nos últimos 20 anos esse processo se reverteu. A economia paranaense calcada na agricultura cresceu no conjunto das modificações gerais apresentadas pela economia brasileira, repetindo alguns padrões: crescimento desequilibrado com diferenciações em alguns subsetores agrícolas e violenta redução da população rural.

Dos fins da década de 60 até meados da de 70, quando se intensificou, observou-se no campo uma grande incorporação tecnológica que se difundiu na atividade agrícola, mudando drasticamente a estrutura fundiária. Essa mudança foi geral em várias regiões brasileiras. Entretanto, no Norte do Paraná os resultados pareceram mais violentos, pois, na constituição de sua estrutura fundiária o número de estabelecimentos de estratos inferiores era maior, os estabelecimentos de até 20 hectares representavam 83,7 por cento. Em 1970, o Norte do Paraná tinha 294.311 estabelecimentos rurais; em 1975, o resultado do censo demonstrava que

havia 217.592 estabelecimentos, ou seja, ocorreu um decréscimo de 76.729 estabelecimentos rurais. Registre-se que os estabelecimentos de pequeno tamanho se concentravam no Norte do Estado. Além dos proprietários rurais, os colonos, arrendatários e parceiros eram os trabalhadores em potencial nessa região, ao lado dos trabalhadores temporários que engrossavam a mão-de-obra, principalmente na época da colheita do café.

Do café, atividade absorvedora de grande quantidade de mão-de-obra, o Norte do Paraná passou para uma atividade repulsora de mão-de-obra, o binômio soja/trigo (na safra 79/80, a soja ocupou 2.410.000 hectares), e viu crescer rapidamente também a área de pastagens. Assim, não só a estrutura produtiva, mas toda a estrutura social começa a se modificar.

Conforme o "Plano Preliminar de Diversificação da Produção na Região Cafeeira", uma pessoa atende, em média, 3 hectares com café, com a vantagem de ocupação permanente de 12 meses por ano. Considerando que o café ocupava em 1961 uma área de 1.787.000 hectares, essa cultura demandava um total de 596 mil trabalhadores, correspondendo a cerca de 238 mil famílias, uma vez que a média por família é de 2,5 pessoas economicamente ocupadas. Assim, tendo em conta que foram liberados, entre 61 e 71, perto de 677 mil hectares de área com café, o resultado foi o desemprego de 226 mil trabalhadores rurais, ou 90 mil famílias deslocadas da cafeicultura. A Assessoria de Estudos do Badep vai mais longe: calcula que aproximadamente 504.000 pessoas foram atingidas diretamente pela erradicação desses cafeeiros.

Na década de 60 e até o início de 70, a industrialização paranaense, vinculada ao beneficiamento de produtos agrícolas como a erva-mate, a madeira e mais tarde o café, não era tão dinâmica como o setor agrícola. Até fins da década de 50, o café e a madeira respondiam por quase 70% da produção total paranaense. Em 1970, os mesmos gêneros e mais a química (óleos vegetais basicamente) geravam cerca de 55% da produção total.

Na década de 70, ocorre uma grande mudança nesse quadro, e o crescimento industrial torna-se líder do cres-

cimento econômico, superando mesmo a participação da agricultura na renda interna e crescendo mais do que a expansão da renda nacional. Assim, a participação do Paraná na produção industrial brasileira dobra de 70 a 80 (2,96 por cento para 6,13 por cento). Estruturalmente, muda também a industrialização paranaense, com a diversificação dos gêneros e a queda da importância relativa dos gêneros tradicionais (madeira, produtos alimentares). A metalurgia, a mecânica, o material elétrico e de comunicações e o material de transporte passam a ganhar peso na década de 70. Surgem relações de compra e venda no próprio Estado, aumentando os fluxos interindustriais.

Outra característica é a ampliação na escala da produção, utilizando tecnologias avançadas, com altos índices de produtividade. O poder de concorrência surge como consequência do padrão da produção, e também da capacidade financeira de algumas indústrias. É a conformação oligopolística, ao lado de indústrias ainda incipientes, tanto de pequeno como grande tamanho e produção. Tudo isso é resultado não só da penetração de capital estrangeiro, como da extensão de outras indústrias já radicadas no Brasil. Na produção de óleo de soja, por exemplo, cerca de 45 por cento das empresas eram estrangeiras, 20 por cento de outros Estados e apenas 35 por cento eram paranaenses, segundo estudo do IPARDES.

O surto industrial da década de 70, contou com uma agricultura que se modernizava, exigindo dinamismo de outros setores, além da existência de infra-estrutura econômica e da presença de mecanismos institucionais em processo de modernização e consolidação.

Na integração da agricultura com a indústria, que se consolida na década de 70, surge a importância da cidade como base de interligação das operações comerciais e de serviços. Tem aumentado o setor informal da economia urbana, mas não há estatísticas suficientes para discutir a questão. Em Londrina, uma pesquisa recente revelou que 27 por cento da população se ocupava da economia informal.

É fundamental o Estado estimular as agroindústrias, sobretudo as alimentares.

E deve apoiar as cooperativas na industrialização e comercialização, porque elas tiveram um papel importante na modernização agrícola.

Além disso, o Paraná deve abrir os mercados latino-americanos, aumentando a produção, dando mais emprego à população e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida no Estado. Junto com a TECPAR, As Universidades devem participar diretamente de melhoramento de Know-how do Estado, para difusão rápida de uma eficiente tecnologia.

As agroindústrias dinamizam outros setores industriais, pois consomem bens industriais e fornecem matérias-primas para outras indústrias, acionando o setor de fluxo de produção: armazenamento, processamento e distribuição. As novas bases técnicas, hoje, exigem qualidade, quantidade e padronização. Mesmo com a preocupação desse pessoal para

a bovinocultura, a absorção da mão-de-obra foi insignificante.

As modificações aqui assinaladas atingiram de forma diferenciada as categorias sociais. Enquanto nas décadas de 40 e 60 havia participação intensa de colonos, arrendatários e respectivas famílias nos pequenos estabelecimentos, na década seguinte a desagregação dessa mão-de-obra foi expressiva. Mudaram as relações de trabalho e concentrou-se a posse da terra. A conseqüência foi a redução da população rural.

Na década de 70, observou-se uma expansão agroindustrial, ao lado do aumento pela incorporação de uma nova base técnica. Com o aumento das culturas temporárias, principalmente da soja e do trigo, padronizadas com o progresso técnico para os mercados interno e externo, decrescem os produtos para abastecimento alimentar no mercado interno.

O movimento geral da economia nacional dos fins de 70 para o início de 80, prolongando-se até 1983, caracterizado por uma crise profunda, traz reflexos na agricultura com mudanças na política de crédito rural, reduzindo e cortando subsídios. Não havia estímulo para a agricultura como para as indústrias, com queda nos preços no mercado externo, desaceleração da produção industrial, aumento do desemprego, perda do poder aquisitivo da população. No Pa-

ranã, só a soja e a cana encontram uma vitalidade relativa, em virtude da política cambial favorável e do incentivo aos programas energéticos.

No Paraná, diminuem os investimentos na produção agrícola, o ritmo de expulsão da população rural já não é o mesmo da década anterior, mesmo porque as transformações no uso do solo rural não sofreram mudanças profundas desde a década anterior, e a estrutura fundiária, segundo o Censo de 85, traz um resultado inesperado, isto é, apresenta-se com uma relativa estabilidade, ocorrendo uma desconcentração da posse da terra. Nesse particular, os arrendatários e parceiros crescem em participação, na categoria de produtores. As maiores incorporações de área, resultando em uma ampliação de suas áreas médias, aparecem nos estabelecimentos com mais de 500 hectares. No Estado, os estabelecimentos com até 20 hectares ocupam 14,8 por cento da área agrícola, enquanto os maiores (mais de 500 hectares) representam 0,8 por cento do total em número de estabelecimentos, mas incorporam 35,3 por cento das terras paranaenses. O setor agrícola paranaense, hoje muito integrado ao conjunto global da economia, está de uma forma ou de outra determinado pelo setor industrial, com a crescente utilização de máquinas, equipamentos e insumos industriais, vinculada à concentração das estruturas de comercialização.

A estrutura urbana paranaense possui características e influências da evolução econômica imprimida por sucessivas fases de ocupação por que passou o Paraná.

Na sua porção sul, além da grande aglomeração urbana da área metropolitana, prestes a abrigar cerca de um quarto da população paranaense, os centros urbanos de Ponta Grossa, Guarapuava e Foz do Iguaçu são os mais expressivos como cidades pólos, mas a mais densa rede urbana se localiza no Norte do Paraná. Se a aglomeração urbana de Curitiba não encontra paralelo no Estado, por sua expressão econômica, administrativa e cultural, em termos de estrutura urbana o sistema norte-paranaense é espacialmente mais entrelaçado, fruto em grande parte do empreendimento imobiliário-colonizador imprimido pelas companhias privadas responsáveis pela sua abertura e fruto também da expressão econô-

mica representada pela cultura cafeeira nas décadas de 30 a 60, quando sua ossatura foi concretizada.

Com as transformações operadas na economia do Estado nas duas últimas décadas, modificando as formas de posse e uso da terra, e as transformações no seu parque industrial, reforçando os setores da agroindústria, metal-mecânica e têxtil mais recentemente, entre outros, as funções urbanas vão tomando maior vulto, aumentando o mercado consumidor, reforçando também o papel decisório regional.

A vida agrícola paranaense, tornando-se cada vez mais dinâmica, diversificando e ampliando os produtos, traz, junto com a modernização, estímulos e dinamismo a outros setores de atividades.

A visão geral apresentada aqui, do processo de formação e características da evolução dos setores produtivos demonstra numa forte interdependência entre os fatos demográficos, agrários e urbano-industriais do Paraná. As cartas temáticas aqui demonstradas, como as tabelas e "slides" dão a dimensão das especificidades regionais no contexto paranaense.

DEBATE

PERGUNTA: O esvaziamento da população rural na região, não pode significar uma reorganização do espaço em termos talvez mais racionais, uma vez que quase toda a ocupação se baseava numa única cultura, muito dependente do exterior, e portanto, muito vulnerável e instável? (Márcia)

YOSHIYA: Sabe, uma coisa muito perigosa é o que se afirmava e que liamos também, que a monocultura do café era um perigo, e que essa cultura dependia do mercado externo; portanto, teríamos que ter outras alternativas. Mas, ocorre o seguinte, a população que residia aqui, não passava fome, porque ela plantava, não só entre os pés de café, mas também na área próxima às casas; tinha sua cultura não só de subsistência, mas um excedente que era comercializado. Monocultura é a da soja, do trigo, mas ainda assim é perigoso eu afirmar isso, porque o Paraná na verdade como um todo, é bastante diversificado. Agora o que existe, são poucas áreas plantadas, por exemplo, com frutas, e outras culturas ou com atividades granjeiras, e assim por diante. Mas, de qualquer forma estão subsistindo junto com a soja, o trigo e o café. Veja bem, a expressão monocultura é uma cultura só, agora poderia se dizer, a principal cultura da época, antes dessa erradicação grande do café, era o café, mas não era monocultura. Hoje, pelas condições topográficas favoráveis e outros fatores já citados, sócio-políticos, há mecanização em muitas áreas, e é muito mais fácil viabilizar racionalmente a área. E hoje, é um outro tempo, e é evidente que qualquer organização e reorganização terá que ser diferente. Além da tecnologia utilizada na produção, o desenvolvimento capitalista foi muito grande. Mas, nem sempre a reorganização ou racionalização significa qualidade de vida melhor.

PERGUNTA: Gostaria que você fizesse um ligeiro histórico sobre o trabalho da Companhia de Terras Norte do Paraná, e as consequências dessa atuação em relação à organização do espaço, considerando inclusive a situação atual.

RESPOSTA: Para explicarmos o papel da Companhia aqui, temos que fazer uma retomada histórica, temos que voltar à década de 20 pelo menos. Numa situação de escassez de capital aqui

na área e no próprio Brasil como um todo, procurava-se investimentos externos, como se procura hoje também. Então, nesse contexto, os ingleses, que já tinham um modelo de ocupação de área em várias regiões do mundo, eles vislumbraram também uma possibilidade de viabilizar o seu capital aqui na área, e fizeram a aquisição de uma parcela bastante razoável que vocês viram, cerca de 500 mil alqueires paulista. Eles fizeram um modelo de ocupação colocando cidades intermediando a área rural, e também cidades pólos: Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama, e entre estas cidades, pequenas cidades ou pequenos pontos coletores de produtos regionais, para transportar através da ferrovia, não só mercadoria como capital, via Ourinhos para São Paulo principalmente. Agora, de que forma isso influi na organização do espaço?

Veja bem, o norte do Paraná não estava totalmente vazio com a vinda dos ingleses. Qualquer coisa que se queira saber sobre o Norte do Paraná, pergunta-se: qual foi o papel da Companhia, como se a Companhia fosse responsável por todo esse processo de ocupação, apropriação, ou desestruturização. Veja bem, quando a Companhia se instalou aqui em mais ou menos 24, regularizando a aquisição da terra, até 1929, quando começou o processo de retalhamento aqui, havia vários pontos de população, sobretudo no nordeste do Paraná, que era chamado de norte pioneiro ou mineiro; é que tinha muito mineiro nessa área e paulistas também, e havia uma série de enclaves de população, população vinda de Presidente Prudente, população vinda de Alvorada do Sul, Porecatu, Florestópolis, e assim por diante em várias áreas do Norte do Estado. A cidade de Jataí, hoje Jataizinho, foi um ponto avançado, era uma colônia militar do Brasil, do século passado. Então, veja bem, a história não começa com a Companhia inglesa e nem é a Companhia a responsável por tudo. Porém, o sistema de planejamento urbano e rural que a Companhia imprimiu, acabou evidentemente influenciando toda a organização do espaço urbano e rural, como no uso do solo urbano, uso do solo rural, nas formas de produção e maneiras de se escoar a produção, e, em consequência disso, as terras próximas à Companhia começaram a ter uma valorização muito grande. Agora, é preciso que se diga o seguinte, que o norte do Paraná era constituído em grande parte de mata

virgem, havendo necessidade de uma mão-de-obra bastante intensa para fazer o desmatamento dessa área, porque nem sempre o colono fazia o desmatamento. Eram os peões e volantes, em sua maioria que faziam o desmatamento por empreita. A forma como a Companhia de Terras Norte do Paraná fez o retalhamento da imensa gleba que eles adquiriram do Governo do Estado do Paraná influenciou muito em todo o processo de ocupação e crescimento da região, senão vejamos:

- toda a ocupação foi precedida de um planejamento global, com a locação das cidades de apoio, locação das estradas principais e secundárias, tamanho dos sítios, chácaras em torno da periferia urbana, etc;
- a forma de escoamento dos produtos agrícolas se fazia por estradas de rodagem sem asfalto, mas a ferrovia foi instalada em seguida, facilitando a drenagem dos produtos agrícolas, e mesmo a circulação de um modo geral;
- havia uma proximidade física dos assentamentos, tanto rurais como urbanos; conseqüentemente, havia mais população rural que urbana, pois o afluxo da população rural foi muito grande para o Norte do Paraná. O tamanho dos lotes rurais era de 10, 15 a 20 ha., predominantemente, propiciando um grande adensamento da população rural;
- vieram muitos imigrantes, via São Paulo. Em São Paulo, geralmente, eram formadores de café. Nessa época, não era fácil adquirir lotes rurais, a não ser em pequenos tamanhos, como fizeram esses imigrantes e também os ex-colonos de café das fazendas paulistas, mineiros, etc. A Cia. inglesa facilitou a venda em prestações. Podemos dizer que os avanços demográficos em áreas de fronteira agrícola no Brasil, como continuidade do próprio momento histórico por que passava, aqui no Norte do Paraná, favoreceu a formação de uma boa camada de classe média rural. Por outro lado, muitos ex-colonos da região e aqueles procedentes de outros Estados se tornaram proprietários rurais;
- um outro aspecto é quanto as condições fisiográficas e espaciais que favoreceram a interligação rápida com o maior pólo econômico que se estruturava: São Paulo. A estruturação social e econômica do Norte do Paraná

nessa fase de pioneirismo e de assentamentos rurais e urbanos teve muita influência paulista;

- Hoje, o Norte do Paraná, de área de atração populacional, passou para área de expulsão. Há uma série de fatores conjunturais e estruturais que explicam esta realidade. Em linhas gerais, o processo de avanço do capitalismo no Brasil, e, conseqüentemente no Norte do Paraná, com a rápida transformação de grandes áreas rurais que foram incorporadas à mecanização e culturas que deixaram de usar a mão-de-obra de forma intensa como o café, influíram no êxodo rural e também na organização geral do espaço rur-urbano.

Acredito que a Cia. de Terras Norte do Paraná tenha desempenhado um papel muito importante na organização do espaço norte-paranaense, pela sua forma de empreendimento imobiliário-colonizador, mas também não podemos esquecer das condições fisiográficas favoráveis e do momento histórico em termos de economia cafeeira. Hoje, a Cia. tem cerca de uma dezena de fazendas no Norte do Paraná, explorando atividades agropecuárias, possui indústrias, etc. Ela foi a gênese e propulsora da grande expansão demográfica no Norte do Paraná, hoje, com reflexos nas atividades urbanas.

PERGUNTA: Por não ter nascido no Paraná, e talvez por estar há pouco tempo aqui, talvez a minha pergunta seja simples, mas para mim, que nunca estudei o Paraná, assim a fundo, nem sou daqui, talvez seja mais por curiosidade. Antes eu queria fazer só um comentário; eu acompanhei essa exposição cartográfica que você colocou, de uma certa maneira bem feita. Você colocou uma evolução da população no Paraná, tanto urbana como rural.

Na década de 70, o governo abriu estradas como a Belém-Brasília, levou a capital para o centro do país, a Transamazônica, e vários fatos que o governo influenciou estimulando a expansão da fronteira agrícola em direção ao norte do Brasil, saindo da região Sudeste praticamente, em direção ao norte. Nessa década, você expôs que 75% da população do Paraná, era rural até a década de 70. A industrialização paulista deveria estar mais refletida aqui no Paraná por ser fronteira. Ao contrário da expansão da fronteira agrícola para o norte do país, no Paraná essa expansão

ocorreu em direção ao Paraguai. Uma das justificativas para essa direção, totalmente diferente da nacional que era para o norte, era por causa da qualidade da mão-de-obra brasileira, em relação à paraguaia. Queria que você pudesse explicar melhor isso, porque houve uma orientação diferenciada do contexto nacional aqui no Paraná e que eu não conhecia. (Francisco)

PERGUNTA: Em primeiro lugar eu vou começar pelo Paraguai que ficou mais evidente, e é perigoso isso. Começamos a fazer pesquisas na década de 70, ninguém mencionava essa história da saída da população do Paraná em direção ao Paraguai, e tomamos conhecimento disso através das viagens que fizemos. Mas não é bem isso que você está colocando, talvez eu não tenha colocado direito, ou eu tenha falado muito rapidamente. Já na década de 60, o movimento da população do Norte do Paraná se processava também em direção ao Paraguai. Os movimentos da população, em direção ao Paraguai, começaram na década de 60, como extensão da própria fronteira já do Paraná, porque essa área fronteiriça, é uma área fértil também. E muitos gaúchos que vieram ao Paraná a partir do sudoeste em direção mais ao norte e Mato Grosso, ficaram no Paraguai. No contexto global isso não representa nem 10% do total da população que saiu do Paraná, penso eu, se você considerar um êxodo de um milhão e 500 mil habitantes. Mas eles foram lá porque o próprio Paraguai naquela época estava incentivando a aquisição de terras, e diziam que a mão-de-obra brasileira era melhor que a mão-de-obra dos paraguaios, que tinham mais trato com a mata, tinham mais trato com o café. No Paraguai começaram a plantar café naquela área, e hoje se planta soja e trigo e assim por diante. Mas o maior movimento não foi para o Paraguai, o maior movimento foi iniciado nos fins das décadas de 60 e 70. Na década de 70 a 80, o êxodo foi em direção ao Sul de Mato Grosso, em direção a Rondônia, e norte de Mato Grosso. Nas excursões que fazíamos com os alunos, fomos até perto do Pantanal, bem além de Campo Grande. Percebíamos por exemplo, em Campo Grande, áreas residenciais específicas de paranaenses, e quando eu fui a Cuiabá, há dois anos e meio atrás, eu encontrei muitos paranaenses naquela área. Então, vejam bem, justamente nessa época, de 70 a 80, houve um crescimento populacional de mais de 6% nessa área de

Rondônia e 4% em Mato Grosso, quando no Paraná foi de 0,98%. Então, realmente eu quero confirmar a direção dessa situação que você falou, não mais em direção ao Paraguai, mas em direção mais ao Sul de Mato Grosso, Rondônia, e muita migração de retorno, em direção ao Estado de São Paulo, para capital; o censo de 80 já demonstrou isso.

Quanto ao reflexo da industrialização paulista no Paraná, queria sintetizar duas colocações:

- 1 - a atividade cafeeira propiciava retornos que eram reinvestidos na própria atividade cafeeira, e também na aquisição de novas terras, e, por outro lado, a industrialização paulista fornecia produtos acabados ao Norte do Paraná, através de firmas de representação ou por corretores procedentes diretamente de São Paulo. Quando há uma certa rentabilidade na atividade, não se pensa em trocá-la;
- 2 - não havia uma mentalidade industrial aqui no Norte do Paraná, só iniciativas um tanto tímidas, se considerarmos o seu potencial em termos de matéria-prima. Só na década de 70 é que realmente há uma arrancada industrial do Paraná, mas, neste particular, Curitiba e sua área metropolitana entram firmemente no mercado industrial.

PERGUNTA: Qual é hoje a importância relativa dos setores primário, secundário e terciário de Londrina, Cambé e Ibiporã, junto ao Estado? E, quais as perspectivas de desenvolvimento industrial desses municípios? Pode se esperar que Londrina e Cambé, venham a se tornar um pólo eminentemente industrial? (Marcia)

RESPOSTA: Por ter sido a sede de todo um processo de ocupação regional, Londrina se beneficiou no setor comercial, industrial, no afluxo da população, e no setor de serviços de um modo geral. Essa área, Londrina, Cambé, Ibiporã, evidentemente é o pólo industrial muito importante do Estado do Paraná. Tirando-se por exemplo a área metropolitana de Curitiba, a segunda concentração industrial está no norte do Paraná. Londrina não tem tido uma política atuando no sentido de sua industrialização. O crescimento inicial do setor industrial e de serviços foi muito rápido, e exigia às vezes, ações das instituições e da comunidade, o que não houve. O café, desenvolvido na região viabilizava muito o

setor comercial e econômico-financeiro de Londrina. Isso é o setor terciário, e o secundário ficou relegado, porque o terciário, através do setor econômico financeiro, viabilizava muito capital aqui na área. Eu quero mencionar um trabalho que fizemos a partir de bancos. Desde fins da década de 60, o movimento financeiro aqui na região é surpreendente, sobretudo nas cidades de maior porte, como Londrina e Maringá. Em termos de movimento bancário, a situação de Londrina e Maringá se situa próximo à de Ribeirão Preto, de São Paulo.

Londrina é uma cidade mais Prestadora de serviços de média e alta categoria, do que uma cidade industrial. A presença da Universidade e o porte da sua população urbana, em torno de 500 mil habitantes, - se você considera a população flutuante de mais de 30 mil habitantes incluindo as cidades em torno de 25 kms, - posiciona Londrina como uma cidade pré-metropolitana.

Na verdade, Cambé e Ibiporã são beneficiadas pela excelente posição e infra-estrutura de Londrina. Agora, quanto à posição de Londrina, Cambé e Ibiporã se tornarão um pólo industrial, tudo depende da política a ser imprimida pelos poderes locais, mas hoje, Londrina já é a cidade mais industrializada do Norte do Paraná.